

RIQUEZA URBANA E RURAL, SOFISTICAÇÃO PRODUTIVA E CONSTRUTIVA: RAÍZES DO FAUSTO NA REGIÃO DE CAMPINAS*

Mirza Maria Baffi PELLICCIOTTA**

RESUMO

O texto propõe uma discussão sobre a acumulação de riquezas a partir de meados do século XIX na região de Campinas, levando em conta um duplo aspecto: a geração de lucros que se estabelece na área rural e a sua multiplicação na área urbana, na forma de novos empreendimentos. Com base em uma discussão sobre a complementaridade de ambas formas de capital, procura-se "reler" os marcos urbanos, ou ainda, os testemunhos deixados na cidade, na intenção de comprovar as origens rurais desta mesma acumulação.

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss the wealth accumulation process in the middle of XIX century in the Campinas region,

(¹) Este texto foi redigido a partir dos dados levantados para o "Estudo Histórico acerca do tombamento de uma residência campineira situada na rua Padre Vieira 1277" e "Fazenda Jambeiro - Estudo Histórico acerca do tombamento"; estudos realizados por mim para o CONDEPACC (Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas) nos anos de 1990 e 1991. Estes estudos contaram com a colaboração do historiador Ângelo Emílio da Silva Pessoa que participou diretamente do recolhimento e análise preliminar dos dados.

(²) Professora do Departamento de História - ICH.

taking into account two aspects of this questions: first, is the profits generation that take place in the rural area, and second is its multiplication in the urban area, in*form of new enterprises. With basis on a discussion about complementarity of both capital forms, we will try to reinterpret the urban marks, and the testimony left in the city, with the intention to corroborate the rural origin of this accumulation.

A cidade de Campinas mereceu ao longo dos séculos XIX e XX diversas crônicas, muitas delas marcadas por visões consagradas de progresso, outras por relatos de violência e abandono. Os registros produzidos acerca das últimas décadas do século passado, entretanto, seriam unânimes em afirmar as transformações rápidas e sofisticadas vivenciadas pela cidade quando da construção de todo um aparato infra-estrutural capaz de embasar diferentes especializações. Em 1870, segundo Henrique de Barcelos:

“..havia tudo que fazer no sentido de podermos dizer que Campinas, já então, o mais possante centro agrícola, era uma cidade digna deste nome. Era escasso o calçamento das ruas, não havia iluminação, a aparência, em geral, das casas era desagradável. Quebravam esta monotonia apenas oito casas de sobrado. Havia dous collegios, para o sexo masculino; um excelente, é facto, dirigido pelo professor Caldeira; dous para o feminino, o Florence e das irmãs Cesarino”

Entre 1870 e 1900, a cidade se “edificaria” guardando por suas crônicas, almanaques e publicações, a convicção de que este mesmo “progresso” constituiria-se legado da iniciativa particular, fruto da ação de cidadãos beneméritos e, neste sentido, do “espírito de iniciativa” e do “caráter associativo” desenvolvido. As palavras de João Alberto, publicadas em 1901, expressariam com clareza uma versão, então generalizada de “progresso”:

“Nestes ultimos trinta anos, sobretudo, a partir de 1868, foram immensos os prodigios operados pelo espirito de associação (..) Em todos os ramos da actividade humana expandio-se a sua admiravel e fecunda iniciativa,

derramando por toda a parte os inestimáveis confortos e benefícios da civilização. Magníficas instituições de caridade e de ensino, padrões de glória dos labores pacíficos de um povo, surgiram cheios de vida ao lado da imprensa e dos clubs, focos permanentes de extraordinária actividade intellectual e social (...) Foi uma epocha de resurgimento e de progresso, que fez de campinas uma vasta e labriosa officina, um centro espantoso de agitação industrial, um exemplo vivo e palpitante dos milagres inauditos de que é capaz a iniciativa particular. A riqueza se expandia, as empresas se organisavam uma após outras, tudo prosperava e florescia. Campinas era um campo activo de trabalho, um exemplo invejavel de bem-estar e conforto”²

A “idealização” de uma cidade progressista e laboriosa, marcada pela iniciativa privada, pelo caráter empresarial e pelo trabalho assalariado se afirmaria na proporção em que se distinguisse da Campinas escravocrata, sem luz, sem progresso e liberdade, assumindo os “homens inteligentes, resolutos e patriotas, amantes sinceros de sua terra, cheios de fé no seu futuro” o papel de “verdadeiros promotores d’esse admirável monumento, que começou ha cerca de trinta annos, que ainda hoje perdura e que faz de Campinas o que ella é”³

Entre as publicações do início do século XX, são as figuras de Francisco Quirino, Jorge Miranda, Francisco Glicério, Campos Salles, entre outros, que assumem o lugar de “protagonistas” de uma versão republicana amplamente generalizada de progresso e de História, versão que não os impede de dividir espaço com liberais e conservadores - muitos deles Barões, Viscondes e um Marquês - também considerados merecedores de um lugar na História pelos trabalhos agrários e urbanos realizados nas últimas décadas do século XIX. Na verdade, as honrarias do “progresso” desde 1870, se fazem partilhadas entre personagens situacionistas e oposicionistas que, secundarizando seus conflitos pessoais, defendem os novos empre-

endimentos embasados no ideário do trabalho livre e nos aprimoramentos produtivos; questão ainda que lhes permite imprimir à uma sociedade marcada pela escravidão e pela violência, um sentido positivo, construtivo e edificante de “modernização” e abertura para o mercado e para a civilização.

O eminente jornalista republicano e fundador do Jornal “Gazeta de Campinas”, Sr. Francisco Quirino dos Santos, publicaria no Almanaque Campinas em 1901, uma poesia expressiva do novo significado atribuído ao trabalho:

“Dos templos que sagra a história / A’ vida, á luz, ao progresso / Abrem-se as portas e o ingresso, / Nas aureas festas da glória, / A’quelles que a dôr não cança, / Que a lucta exalta e engrandece, / Que a força põem na esperança, / No trabalho o riso e apreço! / Sois vós, oh! filhos do povo, / Que ardeis n’um impeto novo, / Erguendo, por toda a parte, / D’entre os tropheus da verdade, / Os dons da sciencia e da arte, / Dos hymnos da liberdade!

A nova cidade “*progressista*”, construída no percurso dos seus muitos aprimoramentos, passa a registrar com grande expressividade a chegada da luz, a instalação dos sistemas de transporte e comunicações, os equipamentos sanitários, a criação de escolas, hospitais, asilos, fábricas e estabelecimentos comerciais, os jornais e instituições diversas de cultura e lazer; destacando-se os homens beneméritos como os verdadeiros promotores da transformação das relações de trabalho e das novas condições de vida, produção, comercialização e consumo.

Em sentido complementar, estas versões de “progresso” imprimem nos espaços urbanos suas marcas de autoria, deixando-nos entrever que, mais do que a celebração de “*homens ilustres*”, trata-se na verdade da construção de uma prática de **cidadania** de caráter altamente excludente e elitista que, na proporção em que apaga todo e qualquer registro da presença de escravos, libertos, imigrantes e trabalhadores livres nacionais no desenrolar deste

processo urbano, torna-se capaz de atribuir à qualidade pessoal dos mesmos homens beneméritos o papel e o lugar de todo o conjunto de relações sociais e históricas em curso.

A história da cidade de Campinas, neste caso, esconde segredos, ou ainda, revela-se marcada por certos “escamoteamentos” capazes de inverter o significado de alguns processos, como no caso da “consagração” da introdução da mão de obra livre na região que se faz associada ao ocultamento da violência escravista nas fazendas, ou ainda, à pretensão de barateamento dos custos de produção através do patrocínio particular de uma corrente migratória/imigratória massiva de trabalhadores pobres de forma a constituir um mercado de trabalho livre farto, de baixos custos e melhor ajustado às novas condições produtivas das plantações, colheitas, beneficiamento e comercialização do café - ou ainda, à diversificação de funções e especializações urbanas em expansão.

Desvendar a “edificação” de Campinas no período cafeeiro, neste sentido, permite-nos identificar todo um conjunto de interesses e mecanismos em formação e desenvolvimento; conjunto que, neste período, vai redundar na constituição de uma sociedade de trabalho livre altamente excludente em relação ao usufruto destas condições e benefícios do “progresso” e civilização em expansão.

OS “EDIFICADORES” DA CIDADE

“Ahi está de topo a ingreme ladeira para a subida que nos chama á longa viagem da civilização. E nós ainda não temos vencido mais do que os taboleiros á raiz da fulgida montanha. Vamos!”²⁴

É inegável que a cidade de Campinas herdou da economia cafeeira uma rede de infra-estrutura urbana composta de luz elétrica, água e esgoto, telefonia, estradas de ferro, telégrafo, correio, instituições de ensino e saúde, comércio ou mesmo de industria; infra-

estrutura e equipamentos produtivos que possibilitaram à cidade superar sem crises a “*derrocada*” regional da economia cafeeira nos anos vinte⁵. Mais do que isso, o estudo da cidade de Campinas do final do século passado ao início do século XX nos coloca diante da construção de uma cidade capitalista, agenciadora de suas instituições e promotora de atividades assalariadas - desde os tempos da escravidão - que se desenvolve alicerçada na diversificação e na especialização das suas atribuições.

Esta cidade, por sua vez, ao guardar os registros desta “*edificação*” por meio da celebração de cidadãos beneméritos considerados os reais “*construtores*” da nova vida urbana (registros ainda presentes em nomes de ruas, praças, bairros, estátuas, túmulos e publicações), também nos permite vislumbrar aspectos muito importantes de um entrelaçamento mais profundo das relações econômicas e políticas vigentes no seu percurso de desenvolvimento. A “*edificação*” da cidade, na verdade, integra um sistema mais amplo de relações produtivas patrocinado pela economia cafeeira que busca construir, no universo urbano, condições de comércio, indústria, mercado de trabalho, saúde, educação, entre outros, necessárias à estruturação e expansão de seus negócios privados.

Entre os cidadãos ilustres republicanos, por exemplo, podemos observar a família Quirino dos Santos, constituída pelo Major (depois Coronel) Joaquim Quirino dos Santos, um dos criadores da Comp. Campineira de Águas e Esgotos e da Companhia de Estradas de Ferro Mogiana; pelo seu filho o bacharel em Direito, fundador de A Gazeta de Campinas e Deputado Republicano, Sr. Francisco Quirino dos Santos; e ainda por um outro filho, Sr. Bento Quirino dos Santos, cidadão ilustre, criador entre outras coisas, da Companhia Campineira de Iluminação a Gás, do Matadouro Municipal, da Comp. Campineira de Carris de Ferro, da Comp. Campineira de Águas e Esgotos e da Comp. Mogiana (sendo seu presidente no final do século). Podemos observar também o cidadão ilustre Dr. Francisco Glicério, chefe republicano da região, Ministro da Agricultu-

ra no Governo Republicano Provisório e posteriormente Deputado Federal que, em Campinas, se constitui um dos criadores do Matadouro Municipal e da Comp. Campineira de Carões de Ferro.

Entre os antigos liberais, é possível destacar o cidadão Joaquim Egídio de Souza Aranha, Barão em 1879, Conde em 1880 e Marquês em 1887 (consagrado como Marquês de Três Rios) que, em sua carreira política ligada ao Partido Liberal também se constitui Vereador, Deputado Provincial e Vice-Presidente da Província (ocupando por três vezes a Presidência). Este riquíssimo proprietário rural e urbano foi construtor do Hospital dos Varilhosos de São Paulo e contribuinte da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, além de um dos fundadores do Banco Comércio e Indústria de São Paulo, da Comp. Mogiana e da Comp. Ramal Férreo Campineiro. Ainda entre os Liberais, poderíamos chamar atenção sobre o célebre “introdutor da mão de obra livre em Campinas”, o Sr. Joaquim Bonifácio do Amaral, Barão (1876) e Visconde (1879) - conhecido como Visconde de Indaiatuba - que além de chefe do Partido Liberal (1844/1868) se constitui Vereador e Vice-Presidente da Província (sem ocupar o cargo), além de Capitão da Guarda Nacional, Cavaleiro e depois oficial da Imperial Ordem da Rosa (1846). Este abastado agricultor, torna-se, entre outros, fundador do Colégio Culto à Ciência em Campinas.

O Barão de Itatiba, Sr. Joaquim Ferreira Penteado, do Partido Liberal, seria construtor da escola Ferreira Penteado (primária e gratuita) e da Capela da Santa Casa de Misericórdia. O Sr. Joaquim Policarpo Aranha, Barão de Itapura, seria considerado publicamente como o “*Protetor da Pobreza*”. O Barão de Anhumas, Sr. Manoel Carlos Aranha, teria sido um dos organizadores das Companhias Paulista e Mogiana, contribuinte da Santa Casa de Misericórdia, do Asilo de Órfãos, do Hospital dos Morféticos, da Comp. do Matadouro Municipal, da Associação Campineira do Teatro São Carlos e da Comp. Carris de Ferro. O Barão de Ataliba Nogueira foi um dos fundadores do Clube da Lavoura, presidente de várias empresas tais como a Comp. Mac Hardy, Banco dos Lavradores, Comp. Mogiana

(presidente por 12 anos). O Barão de Ibitinga, Sr. Joaquim Ferreira de Camargo Andrade, constituiu-se um dos maiores fazendeiros da região, sendo criador e diretor de várias empresas tais como a Cia. Campineira de Iluminação a Gás e a Cia Mogiana (desempenhando 28 anos de direção e 4 anos de presidência).

O chefe do Partido Conservador, Sr. Joaquim Antônio de Arruda ou Barão de Atibaia, seria contribuinte da Santa Casa de Misericórdia e um dos fundadores do Clube da Lavoura, da Comp. Paulista de Estradas de Ferro, da Comp. Mogiana, da criação e instalação da Paróquia de Santa Cruz. O Barão Geraldo de Rezende, também conservador, foi benfeitor do Liceu de Artes e Ofícios e da Santa Casa de Misericórdia, tendo criado com outros, o Núcleo Colônia Campos Salles e a Comp. Carril Agrícola Funilense, constituindo-se sua fazenda Santa Genebra uma Fazenda Modelo no final do Império e primeiras décadas da República.

De forma geral, estas diversas companhias são criadas nas últimas décadas do século XIX como sociedades por ações, expressando a inversão dos capitais cafeeiros nos diferentes setores financeiro, comercial, industrial e de serviços; sociedades, inclusive, que ganham projeção no percurso do mesmo crescimento urbano. Conforme as palavras de Henrique de Barcellos:

“Qual será o futuro reservado a esta terra, a terra classica das fortes iniciativas? Especialmente para os que conhecem a cidade ha vinte e seis annos e a consideram no que é actualmente; apesar dos revezes locais e das crises economicas que tem affligido o paiz; para esses não é difficil prognosticar qual o futuro de uma cidade, cujos filhos demonstraram sempre o maior amor á sua terra, contribuindo para a prosperidade della com energia, traço caracteristico dos descendentes dos bandeirantes, a energia que tudo vence quando é nobre e justo o fim que se tem em mira”⁵

Mas a memória de versão republicana, de maneira especial, saberia construir seus discursos políticos com base neste “espíri-

to *empreendedor*” tão generalizadamente conclamado pela cidade, reclamando o lugar de um pequeno grupo de homens conscientes:

“pequeno pelo numero, mas notavel pelas aptidões intellectuaes e moraes, todos campineiros de nascimento (..) Eram João Quirino, Francisco Quirino, Jorge Miranda, Francisco Glicério e Campos Salles. Cinco apenas, mas um pugilo de entusiastas. Em 68 abriram todos em Campinas banca de advocacia; quer dizer, derramou-se então pela cidade o fermento do progresso, a febre da transformação. Tudo foi tocado; tudo se transfigurou, ao influxo poderoso e irresistivel da intelligencia, do trabalho e do carater. A elles deve Campinas a sua prosperidade, a sua riqueza e a sua fama, Já é tempo de se fazer justiça”⁶.

CAFÉ E URBANIZAÇÃO

Interessa-nos, na verdade, refletir um pouco sobre esta relação rural-urbano estabelecida em meio à economia capitalista do café e que, em nosso entender, possui na dimensão rural o ancoramento de diversos processos de urbanização. A história de Campinas, neste caso, deveria ser buscada por entre as transformações que se acham em curso no **interior** destas propriedades agrícolas extensivas e escravistas.

Se observarmos as atividades cafeicultoras do ponto de vista estritamente rural, vamos nos deparar com uma economia em consolidação já a partir da década de 1830 composta por numerosas fazendas escravistas que em meados do mesmo século dão início a experimentação do trabalho livre. Na década de 1850, a região de Campinas possui então 117 fazendas de café e 6000 escravos (dados de 1854), constituindo-se o quarto produtor paulista da época. Na década seguinte, Campinas já conta com 189 fazendas produzindo cerca de 500.000 arrobas de café e de aproximadamente 60.000

arrobas de açúcar - transportadas a partir de 1861 por burros até Jundiaí para encontrar-se com o terminal da São Paulo Railway. Ao longo desta década, a produção cafeeira atinge 1.000.000 de arrobas e nos anos 70, Campinas será elevada a “cabeça de comarca” tornando-se um dos municípios mais opulentos de São Paulo, com altas rendas municipais e contando então com duas companhias privadas de estradas de ferro (Companhia Paulista e Companhia Mogiana) construídas para interligar Campinas à Jundiaí⁷

As transformações ocorridas no interior das fazendas motivadas a *“obter n’um trato de terra a maior quantidade possível de um produto de grande valor, no mais curto espaço de tempo, com a menor despesa, e sem alterar a fertilidade do sólo”*, traduzem a busca por um “uso racional” e de menores custos da mão de obra, integradas a um processo produtivo em contínuo aprimoramento - em termos quantitativos e qualitativos. A introdução do arado, das grades, dos rodos e dos cultivadores no plantio do café, somam-se aos engenhos mecânicos nos trabalhos de beneficiamento. Os trabalhadores livres experimentam processos de trabalho adequados às atividades de plantio, trato, colheita, secagem e beneficiamento, ou ainda, ao melhor aprimoramento da qualidade do grão.

Segundo José Bonifácio do Amaral, o Visconde de Indaiatuba, com uma única família de colonos tirolezes (15 pessoas) na sua fazenda Saltinho teria sido possível o tratamento de 17 mil pés de café, substituindo-se o trabalho de 5 escravos (de alto custo de investimento), sendo que os gastos de sua instalação já seriam recuperados na primeira colheita realizada pela família⁸. Esta experiência colonizatória se generaliza rapidamente na região através da implantação entre 1850 e 1860, de 67 núcleos de imigrantes com base no sistema de parceria. À experimentação de novas relações de trabalho se soma a constituição e incorporação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (1872) com a finalidade de substituir o caríssimo transporte por mulas (com custos estimados em cerca de 30% do valor total do produto) já incapaz de dar vazão à crescente

produção cafeeira. Este “*desempate*” de capitais nos custos do transporte e da mão de obra (com o sistema de parceria e depois do colonato como alternativas à escravidão) permite por sua vez, uma maior diversificação dos investimentos na forma da ampliação das estradas de ferro, de subsídios à imigração massiva, da estruturação do capital financeiro ou nos investimentos no setor de tecnologia.

Este conjunto de transformações estabelece, no curso na década de 1870, as bases de diferenciação da região do Oeste Paulista, alicerçado na mudança das relações de trabalho, no sistema de transporte e nas técnicas de cultivo e beneficiamento do café; situação que permite além de uma maior racionalização do trabalho, a expansão das plantações e sua maior adequação às especificidades da produção. O uso da tecnologia na atividade extensiva agrícola mostra-se capaz de poupar mão de obra, melhorar a qualidade do café e ampliar a produtividade, o que garante uma nova eficiência ao sistema.

Veremos então se expandir as lavouras pelas terras virgens do interior da Província com a pretensão de manter em alto nível a produtividade média dos cafezais. De forma complementar, os lucros auferidos por esta expansão são reaplicados na estruturação da imigração européia em massa como condição de garantir o funcionamento do mesmo sistema extensivo de produção. A população livre na região já supera a população escrava por volta de 1874 com base, a princípio, na imigração interna atraída pelas condições de acesso à estrutura produtiva⁹. Da mesma forma, Campinas se torna a “capital da lavoura” da vasta região oeste entre 1872 e 1888 em um período no qual este centro irradiador do café se expande para além de seus limites.

Se, no dizer de Ulisses Semeghini, o “*município de Campinas foi o epicentro das mudanças da década de 60*”, podemos considerar que é a partir de 1870 que se alcança um crescimento notável de produção, transitando de um montante de 1300 mil arrobas de café no início da década de 1870 para 10300 mil arrobas em 1886;

produção enfim, que resulta de um conjunto de fatores a abranger da disponibilidade de terras à viabilização de uma imigração em maior escala (poupando-se trabalho escravo e conseguindo-se melhorar a qualidade do produto), da expansão ferroviária à disseminação, nas fazendas do oeste, de processos “*racionais*” (inclusive mecânicos) de produção e beneficiamento. Na década de 1880, enfim, a produção de São Paulo ultrapassa a produção carioca chegando a produzir em 1897 dois terços das safras brasileiras e a atingir nas primeiras décadas do século vinte o montante de 5.000.000 sacas, já em uma situação de superprodução¹⁰.

Ao longo do século XIX, por sua vez, podemos constatar que a relação que se estabelece entre a produção agrícola e a urbanização é variável. No início deste século, as grandes propriedades - praticamente auto-suficientes - de açúcar e café (a partir de 1830) requerem da cidade apenas uma função complementar às suas atividades agrícolas através do desenvolvimento de atividades comerciais (particularmente no âmbito das comunicações), da produção de bens de consumo e do fornecimento de produtos manufaturados necessários à dinâmica do trabalho rural, como arreios, carroças, trabalhos de carpintaria e ferro batido. No entanto, na proporção em que se desenvolve o chamado “*complexo cafeeiro*”, a cidade de Campinas ganha o lugar de componente de um processo mais amplo de acumulação, o que vale dizer que esta cidade assume o lugar de centro especializado de serviços e produtos para o conjunto desta mesma economia.

Neste caso, é no período 1870/1885 que podemos identificar a emergência de toda uma estrutura urbana que lhe permite desempenhar este novo papel. São inúmeras as instituições especializadas que ganham lugar associadas a melhorias infra-estruturais, entre elas, diversos bancos, empresas de equipamentos públicos (luz, bonde, telefone, água e esgoto, telégrafo, correio, hospitais, escolas), estradas de ferro (com ramais pelas regiões próximas das fazendas), fundições e indústrias mecânicas (com produção de maquinarias agrícolas variadas), empresas de abasteci-

mento (avícolas, pastoris, agrícolas), de construção civil e indústrias de bens não duráveis (cerveja, cigarros, chapéus, sabão, louças, etc).

A EDIFICAÇÃO DE CAMPINAS NA 2ª METADE DO SÉCULO XIX: ENTRE AS INVERSÕES DE CAPITAL E A CONSTRUÇÃO DE NOVO ESPAÇO DE VIDA E PRODUÇÃO

“A cidade era uma mesquinha aldeia. Não havia calçamento, as ruas eram atoleiros. Na rua Direita, os quarteirões mais frequentados da cidade, apenas algumas tiras de pedras bicudas, terror dos calos e alegria dos sapateiros. Na rua do Comércio havia buracos enormes onde cabia um homem. Não falemos de outras ruas, principalmente a de Baixo (hoje General Carneiro) onde o comércio tinha pujança. Era uma miséria. No poente, na colina onde hoje se eleva a Estação e vistosas construções oficinas Lidgerwood, Marc-Haedy e elegantes chalés, não havia nada disso, era um campo. Além do lago do tanquinho, nem sombra de construções. Não havia misericórdia, nem o agrupamento das casas próximas”¹¹

A chegada das locomotivas, a inauguração dos bondes puxados a burro, a instalação do sistema de água e esgotos, de telefone e telégrafo, entre outras coisas, surgem como marcos transformadores e modernizadores da cidade, desprovida até então de praticamente todos os equipamentos públicos. O “progresso” parece ter chegado com e como o trem: de algum lugar que não se sabe bem de onde... trazido pela chamada “civilização” que, na verdade, se torna expressão das mesmas maquinarias de conforto em expansão. A rapidez com que as mudanças ocorrem na Campinas no último quartel do século XIX talvez explique estas generalizações e ideários “progressistas”, atribuindo-se uma total **exterioridade** às transformações gestadas, antes de mais nada, em seu **próprio interior**.

De qualquer maneira, a locomotiva, o telefone, a torneira, o fogão de ferro, os canos e tijolos... a compor e alimentar este rodaminho de idealizações - e a varrer as tradições e costumes duramente resguardados ao longo do tempo - se referem, de fato, a um processo de alteração dos padrões e relações sociais de produção e convívio. As novas e belas residências em conjunto aos trilhos de ferro imprimem e delimitam novas fronteiras para uma cidade que acredita respirar os ventos da modernidade. Assim como a presença da locomotiva a partir de 1872, símbolo maior desta “modernidade”, subverte as condições e possibilidades de transporte na região associada à construção de uma outra dinâmica urbana para Campinas. Mas, será realmente a locomotiva o elemento principal deste processo? Ou o café que ela transporta? Ou a organização da produção que lhe possibilita acesso a este produto?

Na prática, esta cidade cafeicultora ao se constituir parte de um intenso processo de acumulação de capital que tem origem no universo agrário, passa a receber entre 1870 e 1900, um percurso **orientado** de crescimento capaz de interligar as atividades comerciais, financeiras e produtivas que se acham em desenvolvimento. A ocupação do espaço urbano responderá agora à busca de melhores oportunidades de comunicação e comércio, como no caso da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, isolada da cidade na ocasião de sua inauguração em 1872, mas que demarcará uma nova área de ocupação, atraindo para suas cercanias muitos estabelecimentos comerciais (até então instalados nas ruas centrais), estimulando a concentração de estabelecimentos hospitalares (voltados a um atendimento regional possível pelo transporte férreo), estabelecimentos fabris (desde o início voltados à fundição e fabricação de equipamentos para as lavouras de café) e seus respectivos bairros operários e estabelecimentos ligados à infra-estrutura da ferrovia (oficinas diversas) e do café (depósitos e casas comissárias).

O capital cafeeiro desempenhará, entre outros aspectos, o papel crucial de financiar parte dos negócios de fundição e criação de maquinarias agrícolas para beneficiamento, contribuindo - direta ou

indiretamente - para a instalação das primeiras fundições nos bairros do Bonfim e Santa Cruz, entre elas a firma de fundição Faber & Irmão instalada por volta de 1852, as firmas Pedro Anderson & Cia em 1870, Guilherme Mc Hardy por volta de 1873 e a firma Lidgerwood Mfo Co Ltda, filial do Rio de Janeiro, instalada em 1874 em Campinas. O desenvolvimento destas atividades se fazem possíveis, ainda, através da presença de imigrantes trazidos para a lavoura do café e que, em meados do século, buscam a cidade para o desempenho de ofícios específicos. Segundo Maria Estela de Abreu Bergó em seu *"Estudo Geográfico da cidade de Campinas"*:

*"a função industrial de Campinas foi provocada pela necessidade de instrumentos de lavoura e máquinas de beneficiamento que os volumes das plantações, colheitas e beneficiamento do café exigiam de ano para ano. A cifra monetária aplicada na importação destes materiais aumentava com as safras, e o comércio local e regional ressentiam-se de uma praça abastecedora perto de si"*¹²

O desenvolvimento de fábricas de gêneros de primeira necessidade tais como velas, chapéus, artigos de couro, vidros, louças, sabão, em conjunto com as fundições, respondem por um setor importante de inversões, promovendo a ocupação social de algumas regiões como o Bonfim e Santa Cruz, além da região da Estação Paulista. As atividades comerciais, de forma complementar, ultrapassam em meados do século, as três ruas principais da cidade - Luzitana, Barão de Jaguará e Dr. Quirino - em função da ampliação do número de negócios nos setores de importação e exportação. A ferrovia possibilitará o alargamento dos mercados e o comércio de Campinas atenderá a diversas regiões do Estado, estendendo-se seus estabelecimentos por entre as ruas centrais rumo a Estação Paulista; novo espaço de concentração de casas exportadoras e importadoras, comerciais e financeiras dos mais diversos ramos. No setor financeiro teremos já na década de 1870 o estabelecimento dos primeiros Bancos, como o Banco de Campinas (1872), o Banco

Colonial de São Paulo (1871) e o Banco Mercantil de Santos (1873).

Outras atividades como as hospitalares, educacionais e culturais também se desenvolvem através (e em boa medida, próximas) das ferrovias Paulista e Mogiana na proporção em que procuram atender a uma demanda inter-regional progressiva. Entre as décadas de 1870 e 1900, tem lugar a instalação de grandes escolas e colégios, como o Colégio Internacional (1871), o Colégio Culto à Ciência (1874), a Escola Ferreira Penteadado (1880), a Escola Correia de Melo (1881), o Colégio Ferreira de Camargo (1882), a Escola Ferreira Filho (1886), o Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora (1892), o Colégio Progresso Campineiro (1900), a Escola Normal (1902), o Colégio São Benedito (1902), o Externato Tiradentes (1904), o Colégio Sagrado Coração de Jesus (1908), o Externato São José (1909) e a Escola Prática de Comércio (1910), entre outras. Constroem-se também hospitais e casas de saúde como a Casa de Saúde São Vicente (1872), o Hospital dos Varilhosos (1874), o Hospital Santa Casa da Misericórdia (1876), o Hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência (1879), o Hospital de Isolamento (1889); ou ainda, importantes espaços de lazer e cultura, entre eles, dezenas de associações culturais, teatrais e musicais podendo-se destacar o Rink Campineiro (1878), o Hipódromo (1878), o Circolo Italiani Uniti (1881) ou mesmo a Estação Agrônômica de Campinas (criada pelo Imperador D. Pedro II em 1887).

No período 1870/1890 veremos também, integrando a expansão econômica Campineira, a instalação do primeiro sistema de iluminação por querosene em 1871 (lâmpioes), substituídos em 1875 pela iluminação a gás e em 1911 pela energia elétrica. O sistema de abastecimento de água, então reduzido a poucas bicas, começará a ter melhoramentos em 1873 com a instalação de chafarizes de ferro, torneiras e encanamentos trazendo água da vertente do Tanquinho (Largo do Pará) além de chafarizes nos Largos do Rosário, do Teatro e de Santa Cruz (1874). A canalização do Córrego do Mercado

(nascente no Largo Carlos Gomes) possibilitará o aproveitamento da atual Av. Anchieta, uma área até então pantanosa, sendo que a obra ganhará uma complementação com a construção da valeta e canalização de alguns córregos para fora da cidade. Os projetos de abastecimento de água e esgoto para Campinas iniciam-se em 1885, inaugurando-se os serviços em 1892.

Na parte de transportes urbanos, encontramos Campinas entre redes, bangüês, carros de boi e tropas de mulas ainda na década de 1860, passando até o final da década seguinte a contar com duas companhias de estrada de ferro, além da Companhia de Carris de Ferro, fornecedora dos bondes puxados a burro a partir de 1879 (com 4 linhas de circulação urbana) e bondes elétricos a partir de 1912 - contemporâneos à chegada dos primeiros automóveis. Neste caso, em pouco mais de 50 anos, a cidade evolui das redes carregadas por escravos aos automóveis e bondes elétricos.

Em meio à edificação de todo um aparato público infra-estrutural, podemos acompanhar também as transformações que se estabelecem na organização espacial da cidade, como o calçamento das ruas (iniciadas já na década de 1860), a criação de praças em meio à novas áreas de urbanização, como o Bulevar Campineiro (atual Moraes Sales), o Passeio Público e o Jardim Carlos Gomes (que recebe chafarizes e cem palmeiras entre 1882 e 1883).

Enfim, o complexo cafeicultor com sede regional em Campinas no último quartel do século XIX, em função de seu próprio desenvolvimento econômico e político, proporcionará à cidade o “modernizar” de seus meios de transporte, o “especializar” de suas atividades comerciais (de forma a tornar-se um centro de comércio regional por meio das estradas de ferro e conexões fluviais, com extensões para as regiões de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso), o “desenvolver” de suas atividades industriais (diretamente ligadas ao surto de comércio regional e à exportação de maquinarias e tecnologia do café, com associação dos capitais de comerciantes e fazendeiros)

ou ainda, o “*estabelecer*” de seu setor financeiro (voltado a regular e facilitar a expansão das lavouras e a comercialização do café).

A cidade, neste caso, de espaço agregado à atividade rural, se torna espaço de inversões financeiras, industriais e comerciais; espaço de consumo e de vida; espaço de produção e de circulação, ou em outros termos, um campo de aplicação das diversas expressões do capital cafeeiro. Ao longo do século XIX, o crescimento de Campinas abrangerá progressivamente os espaços vazios de seu perímetro, orientando-se particularmente para a região norte em busca de terrenos secos, e no início do século XX, para além do seu perímetro original de forma a englobar os arrabaldes.

NA DIMENSÃO PRIVADA DAS FAZENDAS

“A iniciativa particular, essa fada prestigiosa, que faz a felicidade dos povos modernos, é a vara mágica que levanta o crédito da província no estrangeiro e ergue-a majestosa e rica aos olhos das outras suas irmãs”¹³

O estudo da área urbana, por sua vez, se diferencia do estudo da área rural, entre outras coisas, pela distinção do caráter que se estabelece entre o universo público e privado. Para se poder estudar o espaço agrário, torna-se necessário recorrer às histórias de família, o que nos coloca no bojo de uma dimensão privada de vida social, e neste caso, se as famílias constituem fontes preciosas de registro da vida rural (além de urbana), elas nos inserem nos redutos privados de vida e produção, obra de difícil sucesso na proporção em que não apenas são dependentes da boa vontade e da autorização do acesso aos dados, como também da memória dos familiares e dos seus contatos com o universo propriamente público.

Na ocasião em que produzimos um estudo histórico para o tombamento da Fazenda Jambeiro, em Campinas, pudemos conhecer um pouco mais das famílias Amaral e Pompeu de Camargo,

unidas por casamento e descendência, e presentes na região desde a formação - nos primeiros anos do século XIX (1802/1816) - do latifúndio conhecido como Fazenda Sete Quedas (no Bairro da Boa Esperança) pelo ituano José Rodrigues Ferraz do Amaral. Para realizarmos este estudo, recorreremos na época aos registros de família, tarefa que se tornou possível em função de nos ter sido dado acesso aos manuscritos do historiador José Pompeu de Camargo (já falecido), além do contato e apoio de Fernando Pompeu de Camargo¹⁴. Em sentido complementar, realizamos pesquisas em instituições da cidade de forma a identificar a presença de moradores, proprietários e administradores da Jambeiro junto às atividades políticas e no desempenho de cargos públicos e privados. O estudo da propriedade, propriamente dita, se somou à outras fontes documentais específicas que nos permitiram conhecer os projetos e realizações dos fazendeiros neste mesmo período.

A partir do inventário de J. F. Ferraz do Amaral (concluído em 1819) passamos então, a *“adentrar”* a história destas famílias, identificando inicialmente aquela que se tornaria a *“matriarca”* deste ramo, a herdeira das terras da futura Jambeiro e das Fazendas Cachoeira e Pedra Branca (todas no Bairro da Boa Esperança, vastamente ocupado pela família Amaral), a Sra. Thereza Miquelina do Amaral (1800/1881). Filha mais velha de Ferraz do Amaral, Dna Thereza se casa em 1823 com o Capitão Antônio Pompeu de Camargo (1789/1836), tendo sete filhos; dois deles ligados diretamente à Fazenda Jambeiro, Antônio Pompeu de Camargo e Francisco Pompeu de Camargo. Como irmã de José Bonifácio do Amaral, o Visconde de Indaiatuba (introdutor da mão de obra livre em Campinas), Dna Thereza se firma como importante produtora agrícola cultivadora de cana e de café já no ano de 1851, chegando mesmo a tomar parte dos conflitos liberais da Venda Grande, o que a leva a deixar a cidade entre 1842 e 1844 pôr razões políticas. A partir de 1827, sua Fazenda Cachoeira (recém aberta) conta com uma produção de 2400 arrobas de açúcar e 86 escravos, propriedade que é

ampliada em 1838 pela compra das terras da irmã e cunhado, Srs. Francisco Teixeira Nogueira e Maria Thêreza Amaral. Nos dizeres de Celso Pupo:

“Não temos dúvida em registrar como primeiros produtores de café em Campinas, com objetivo de produção lucrativa, Antônio Manoel Teixeira, D. Thereza Miquelina do Amaral, Francisco Egídio de Souza Aranha José Teixeira Nogueira”¹⁵

A grande riqueza de Dna. Thereza Miquelina parece fundamentar a história da Fazenda Jambeiro (desmembrada da Fazenda Cachoeira em meados do século), riqueza, no entanto, que se amplia através da administração dos seus herdeiros, engajados na busca de uma progressiva sofisticação produtiva. Nos manuscritos de José Pompeu de Camargo encontramos referências mais precisas de alguns personagens da família integrados aos esforços de transformação das condições produtivas de suas terras no bairro da Boa Esperança. Sua atenção, inicialmente, se centra em José Bonifácio do Amaral (Visconde de Indaiatuba), membro da família que realiza experiências importantes de colonização na Fazenda Sete Quedas (a partir de 1852), na Fazenda Saltinho (a partir de 1870) e na Fazenda Salto Grande (desde 1876). De forma complementar, este historiador nos chama atenção para um “*aprimoramento*” contínuo da produção e sobre o desenvolvimento de pesquisas e de estudos, por alguns de seus descendentes, que vão redundar em conquistas importantes. Nas diversas fazendas da família tem lugar a utilização de máquinas de beneficiamento a água e a vapor, terreiros atijolados e mão de obra livre, afirmando-nos este autor que a família Amaral já não possuía nenhum escravo um ano antes da abolição.

Em um sentido geral, o que se persegue é um aumento da produtividade associado a melhoria da qualidade do grão na pretensão de se alcançar o mercado dos “*cafés finos*”, de qualidade superior e por isso mesmo forte concorrente dos melhores cafés do mundo (produzidos no Ceilão, em Java, Índia, São Domingos, entre outros). Neste

caso, a experimentação de alternativas de produção - a incluir novas técnicas de plantação, cuidados adicionais com a planta, técnicas de melhor aproveitamento da colheita, lavagem e secagem dos grãos, beneficiamento e comercialização - pretenderia alcançar rendimentos mais altos¹⁶. No caso específico desta família, a Fazenda Sítio Novo de Dario Pompeu de Camargo atinge em poucos anos uma produtividade de 300 arrobas por mil pés de café, o dobro da média geral alcançada no período.

As famílias Amaral e Pompeu de Camargo, descendentes de Ferraz do Amaral (formador do latifúndio Sete Quedas) representam em grande medida, as aspirações e percursos dos cafeicultores do Oeste Paulista, integrando a chamada economia capitalista do café, distinta por sua nova forma de organização empresarial de produção, pelo progressivo uso de tecnologia, pela experimentação e instauração de novas relações de produção, pela ordenação e variação das aplicações de capitais oriundos do café, e por suas novas condições de comercialização. Transformações, por outro lado, que se associam a um outro elemento relevante, também presente na trajetória das famílias Amaral e Pompeu de Camargo: a participação política de seus proprietários e administradores na busca de poderes legais para a superação de suas dificuldades econômicas.

Os administradores e proprietários da Jambreiro desempenham importante papel político no século passado, a começar por Antônio Pompeu de Camargo, marido de Dna Thereza Miquelina, que se constitui juiz ordinário (1828) e Presidente da Câmara (1829/1832) da Vila de São Carlos. Morto precocemente aos 47 anos, tem como seguidor o filho Antônio Pompeu de Camargo (ou Antonio Pompeu) que é eleito vereador pelo Partido Liberal (vinculado ao tio, Visconde de Indaiatuba) em 1857 e posteriormente, vereador pelo Partido Republicano em Campinas (1877), do qual se constitui um dos fundadores (1871). Como rico fazendeiro e propagandista da República Antonio Pompeu goza de grande prestígio na cidade e na província, constituindo-se também fundador do Colégio Culto à Ciência (de

ideário maçônico e positivista), do Jornal “A Província de São Paulo” (futuro “O Estado de São Paulo”), da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e do empreendimento da Estrada de Ferro Cabras-Campinas, construída posteriormente com a ajuda de seu filho Dario (o filho mais velho de dois casamentos e 13 filhos). Dario Pompeu de Camargo, como herdeiro político, desempenha em sua carreira os cargos de Vereador e Presidente do Partido Republicano de Campinas, Presidente da Câmara, Secretário do Clube da Lavoura e Presidente da Companhia Ramal Férreo Campineiro (Cabras-Campinas).

Na verdade, se em meados do século XIX encontramos na organização das lavouras lucrativas do café, os nomes de Francisco Egídio de Souza Aranha, Antônio Manoel Teixeira, José Teixeira de Camargo e Dna. Thereza Miquelina do Amaral (entre outros); na segunda metade do século, nos deparamos com os nomes de seus filhos e netos associados diretamente à reformulação e sofisticação da produção cafeeira - seja por meio de “modernizações” no processo produtivo, seja através da organização de instituições complementares como o Clube da Lavoura (para melhor definição e encaminhamento de resoluções agrícolas) ou mesmo o Partido Republicano (que configura uma radicalização dos fazendeiros com o Império em nome da transformação dos processos de trabalho, autonomia provincial e créditos agrícolas).

Às propriedades da família de Dna. Thereza Miquelina, somam-se ainda a Fazenda Sertão (por casamento com uma das descendentes de Camargo Andrade), Sítio Novo (por casamento com descendente de Luciano Teixeira Nogueira) e Cachoeirinha (da mesma procedência anterior); entre outros casamentos realizados pela família Amaral e Pompeu de Camargo (com os Souza Queiroz, Souza Aranha, Pacheco e Silva, ou ainda, com os Almeida)¹⁷. Na verdade, os casamentos consangüíneos entre os descendentes do Tenente José Rodrigues Ferraz do Amaral indicam o forte entrelaçamento familiar que se estabelece, em especial, com os Pompeu de Camargo e com os Pacheco e Silva, mantendo-se as fazendas desta região, em sua maior proporção, com a mesma família até o início do século XX.

Ao observarmos a matriarca Thereza Miquelina Amaral Pompeu de Camargo (1800/1881) poderemos então compreender o refinamento da construção erguida na Fazenda Jambeiro. A Fazenda Cachoeira (sua principal propriedade) contaria em meados do século XIX com grande sofisticação, somando-se um palacete urbano (concluído em 1846) entre as ruas Barão de Jaguará e General Osório que se torna famoso pela presença do mobiliário importado, lustres de cristal de Bacarat, quadros de grandes pintores europeus (entre eles, seu retrato pintado pelo francês Barandier) e a honra de ter hospedado o Imperador D. Pedro II em 1875. No caso da Fazenda Jambeiro, podemos encontrar entre as décadas de 1880 e 1890 a instalação de água encanada, equipamentos sanitários, luz (através do gás acetileno) e telefone, sendo que sua nova sede inaugurada em 1897 se presta a configurar plenamente o fausto e o requinte dos descendentes e perpetuadores das atividades desta matriarca¹⁸.

De forma específica, esta residência (tombada pelo CONDEPAACC), se caracterizaria no final do século XIX como uma construção em tijolos, arquitetada segundo José Pompeu de Camargo, por Ramos de Azevedo com inspiração em projeto francês, compondo-se de 6 dormitórios, 3 salas, ala de cozinha e ambientes diversos, 2 grandes varandas, quartos para empregados e serviços (no andar térreo), acabamento em azulejos portugueses, madeiramento geral de Pinho de Riga, assoalho em peroba e canela, janelas embutidas com perfeição nos vãos das paredes, tubulações embutidas e telhas francesas; uma construção de requinte “inesperado” para uma residência rural que neste caso, além da movelaria importada, contaria com projeto, concepção e materiais construtivos europeus.

A inspiração francesa da sede da Fazenda Jambeiro, aliás, atesta a generalização dos mesmos hábitos e influências por entre os costumes e padrões culturais da elite campineira nas últimas décadas do século XIX. A cidade apresentaria desde a década de 1880, construções e traçados de nítida inspiração européia, tais como os “bulevares” (na tentativa de criação de logradouros públicos), as

construções em estilo chalé e escolas de padrão europeu, que, em seu conjunto, emprestariam tonalidades “bucólicas” importadas à concepção de urbanidade. A presença, no universo rural, destes mesmos padrões e hábitos de convívio parece indicar-nos a forte integração que se estabelece entre campo/cidade, ao menos no tocante à elite campineira do século passado.

Por tudo isso, quando observamos na sede de uma destas fazendas a presença dos mesmos padrões e condições da “moderna” existência urbana, podemos pensar que algo mais significativo se acerca à organização da vida e da produção neste período, sem fronteiras entre o mundo urbano e rural. Estas são questões, enfim, que não devem ser esquecidas em meio à história da cidade de Campinas, cujo fausto, sem dúvida alguma, origina-se da produção destas fazendas.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Leopoldo. **Campinas: recordações**. São Paulo: “Seção de Obras D’O Estado de São Paulo”, 1927.
- AMARAL, Leopoldo. **A Cidade de Campinas em 1900**. Campinas: Livro Azul, 1900.
- AMARAL, Leopoldo. **A Cidade de Campinas em 1901**. Campinas: Livro Azul, 1900.
- AMÊNDOLA, João. “O Comércio de Campinas”. Campinas: **Monografia Histórica do Município de Campinas**. Op. cit., p.389/535.
- BATTISTONI Filho, Duílio. **Aspectos Culturais da História de Campinas**. Campinas: Mousinho, 1983, 42p.
- BEIGUELMAN, Paula. **A Formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. SP: Pioneira, 1968.

- BERGÓ, Maria Estela de Abreu. "Estudos Geográficos da Cidade de Campinas" In: **Congresso Brasileiro de Geografia, anais do X Congresso**, São Paulo, 1952, vol 3, p.641/694.
- BRITO, Jolumá. **História da Cidade de Campinas**. Campinas: Saraiva, 1956-1969, vol.6.
- CABRAL, Antônio de Almeida. "Campinas elevada a cidade" IN **Monografia Histórica do Município de Campinas**. Op. cit., p.229/232.
- CAMARGO, José Pompeu de. Manuscritos. Campinas, s/d. Documento sob guarda de Maria Luiza Pinto de Moura Ribeiro.
- CAMPOS Jr, Teodoro de Souza. "A Cultura do Café" In **Monografia Histórica do Município de Campinas**. Op. cit. p. 233/242.
- CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. Campinas, 1975. Tese (doutorado) IFCH Unicamp.
- CARMO, Vitú do. **Chão fecundo: 100 anos de história do Instituto Agrônomo de Campinas**. São Paulo: Agroceres, 1987.
- CINTRA, Assis. "Origens do maquinario do café". **Revista do Instituto do Café**. São Paulo, vol 22, fasc 124, 1937.
- COMPANHIA CAMPINEIRA DE AGUAS E ESGOTOS. **Contracto antigo companhia cooperativa de aguas e esgotos: 12 de Abril de 1883**. Campinas, 1883.
- CORREIO POPULAR. "**Dario Pompeu de Camargo**". Campinas, 28 de Abril de 1956.
- DAUNT, Ricardo Gumbleton. **Os Primeiros Tempos de Campinas**. São Paulo: Tipog. Paulista.
- DAUNT, Ricardo Gumbleton. **Diário da Princesa Isabel : excursão dos Condes D'Eu à Província de São Paulo em 1884**. São Paulo: Anhembi, 1957 Campinas. Campinas: Tipografia Comercial, 1939.
- DUARTE, Rafael. **Campinas de Outrora**, São Paulo: Tip. Andrade e Mello, 1905.

- EMPRESA LIX DA CUNHA. **Campinas de ontem e de hoje.** Campinas, 1988.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata.** 3 ed. São Paulo: Kairós, 1983.
- GEBARA, Ademir. **Campinas 1869/1875: Republicanismo, imprensa e sociedade.** São Paulo, USP, 1975.
- GODÓI, Silvino. "A Indústria em Campinas" **Campinas: Monografia Histórica do Município de Campinas.** Op. cit., p.389/535.
- GONÇALVES, Fulvia. **Testemunhos do Passado Campineiro/** F. Gonçalves e Benedito Barbosa Pupo. Campinas: Unic, 1986.
- GOULART, Edmo. **Campinas: ruas da época Imperial.** 1. ed. Campinas: Maranata, 1983.
- GUIMARÃES, Archimedes Pereira. **A Campinas de meus pais: 1870-1892.** Belo Horizonte: Tamoios, 1978.
- GUIMARAES, Alaôr Malta. "Campineiros Ilustres: Dr. Abelardo Pompeu do Amaral". *Diário do Povo*, 4 de Agosto de 1959.
- GUIMARÃES, Alaôr Malta. **Monografia histórico-estatística do Município de Campinas.** Prefeitura Municipal, 1962.
- GUIMARÃES, Alaôr Malta. **Monografia de Campinas.** Campinas: DPaschoal, 1965.
- GUIMARÃES, Alaôr Malta. **Campinas em 1954.** Campinas: Prefeitura Municipal, 1954.
- GUIMARÃES, Alaôr Malta. **Campinas: dados históricos e estatísticos: contendo um guia completo de ruas.** Campinas: Liv. Brasil, 1953.
- GYMNASIO DE CAMPINAS NO ESTADO DE SÃO PAULO. **Gymnasio do Estado em Campinas exames de admissão: programmas das diversas disciplinas que constituem o ensino no Gymnasio de Campinas do estado de São Paulo aprovados em sessão da Congregação realizada em 16 de março de 1922.** São Paulo, Oficinas do Diario Official, 1922.

- HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934**; trad. de „Eglê Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOLLOWAY, Thomas H. “Condições do Mercado de Trabalho e organização do trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo, 1885/1915: uma análise preliminar” São Paulo: Faculdade de Economia e Administração do Inst. Pesquisas Econômicas da USP, 1972.
- LAPA, José Roberto do Amaral. "Primeiras Notas para uma bibliografia da história de Campinas". Marília, **Revista Estudos Históricos**, nºs 5 e 6, 1966.
- LAPA, José Roberto do Amaral. “Pródumos da História Economica de Campinas” IN **Revista da UCC** ano IV, nº13, out/1975, p.112.
- MENDES, J. E. Teixeira. **Lavoura cafeeira paulista: velhas fazendas do Município de Campinas**. São Paulo: Depto. Est. Informações, 1947. Aquarelas de José de Castro Mendes.
- LEMOS, Carlos. **Alvenaria Burguesa; breve histórico da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo economico liderado pelo café**. 2 ed ampl., São Paulo: Nobel, 1989.
- LIMA, Sandra Lúcia Lopes. **O Oeste Paulista e a República**. Vertica/Ed Rev dos Tribunais, 1986.
- MACIEL, Cleber da Silva. **Discriminações Raciais: negros em Campinas (1888-1921)**, 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1987.
- MAGALHÃES, Hildebrando. **Contribuição para a História do Café**. Piracicaba: Typografia do Jornal de Piracicaba, 1927.
- MAGALHÃES, Basílio de. **O Café na história, no folclores e nas belas artes**. 2 ed, São Paulo, 1940.
- MARIANO, Júlio. **História da Imprensa em Campinas**. 1972.
- MARIANO, Júlio. **Campinas de Ontem e de Anteontem. Quadros históricos menos conhecidos da cidade Princesa, que se traçava tendo por base documentos inéditos da Câmara Municipal de Campinas**. 1. ed. Campinas: Maranata, 1970.

- MARIANO, Júlio. "Grandes Estabelecimentos Hospitalares de Campinas, Ligados a Instituições Diversas" **Campinas: Monografia Histórica do Município de Campinas**. Op. cit., p.389/535.
- MARIANO, Júlio. "O Ensino em Campinas na Atualidade" **Campinas: Monografia Histórica do Município de Campinas**. Op. cit., p.389/535.
- MARIANO, Julio. "Condução e Transporte" **Campinas: Monografia Histórica do Município de Campinas**. Op. cit., p.389/535.
- MARTINS, Amélia de Rezende. **Um Idealista realizador: Barão Geraldo de Rezende**. Rio de Janeiro: Of. Graf. do Almanak Laemmertz, 1939.
- MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e Ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o Desenvolvimento da Cultura Cafeeira**. 4. ed. Campinas: Pontes, 1990.
- MATOS, Odilon Nogueira de. **Um Pouco da História de Campinas/** Odilon N. Matos e Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci. Campinas, Dep. História/PUCC, 1985.
- MENDES, José de Castro. **Retratos da Velha Campinas**. São Paulo: Dep. de Cultura, 1951.
- MENDES, José de Castro. **Efemérides Campineiras: 1739-1960**. Campinas: Palmeiras, 1963.
- MENDES, José de Castro. **Lavoura cafeeira paulista: velhas fazendas do Município de Campinas, aquarelas de J. Castro Mendes**. São Paulo, 1947.
- MILLIET, Sérgio. **Roteiro do Café e outros ensios; contribuição para o estudo da história economica e socil do Brasil**. São Paulo, 1946.
- MONOGRAPHIA DE CAMPINAS: apontamentos para uso dos alumnos do curso preliminar/ por um professor campineiro. Campinas, Linotypia da Casa Genout, 1929.
- MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. **O Ideário Republicano e a Educação: o Colégio "Culto à Ciência" de Campinas, 1869 a**

1892. São Paulo, 1981. Dissertação (mestrado) Faculdade de Educação da USP.

MOTTA Sobrinho, Alves. **A Civilização do Café: 1820-1920.** São Paulo: Brasiliense, 1968.

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA, "**O Abolicionismo em Campinas**". Campinas : PUCCAMP, 5 (59): 327-328, jul/agosto 1974.

OCTAVIO, Benedito. **Campinas: apontamentos históricos e estatísticos.** Campinas: Tip. da Casa Mascotte, 1907.

PEREIRA, José Flávio. **Capitalismo e Agricultura: a gênese e a organização do trabalho livre na produção cafeeira paulista no período de 1850 a 1900.** Campinas, 1984. Tese (mestrado) IFCH Unicamp.

PIRES, Mário. **Campinas: Sementeira de Ideais.** Limeira: Letras da Província, 1981 Campinas. Prefeitura Municipal, 1984.

PORTO ALEGRE, Paulo. **Monografia do café: história, cultura e produção.** Lisboa: Bertrand, 1879.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. **Monografia Histórica do Município de Campinas.** 1. ed. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.

PUPO, Celso Maria de Mello. **Campinas, um município no Império: fundação e constituição, usos familiares, a morada, sesmarias, engenhos e fazendas.** São Paulo: Imp.Oficial do Estado, 1983.

PUPO, Celso Maria de Mello. **Campinas, seu Berço e Juventude.** 1. ed. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969.

PUPO, Benedito Barbosa. **Oito Bananas por um tostão: crônicas campineiras.** Campinas: Palmeiras, 1976.

PUPO, Sylvio Lara. **Café: criador de cidades.** São Paulo: Obelisco, 1971.

QUEIROZ, Polycarpo de. **Transformações do Trabalho.** Campinas: Tip. do Livro Azul, 1888.

QUEIROZ, Vitalina Pompêo de Souza. **Reminiscências de Campinas.** s.d.p., s.l.

- RASIA, José Miguel. **Ideologia e Progresso na Lavoura de Café: 1870-1900: estudo de propostas de reforma da Agricultura.** Campinas, 1980. Dissertação (mestrado) IFCH Unicamp.
- RIBEIRO, Maria Luiza Pinto de Moura. "Antonio Pompeu de Camargo". **Correio Popular**, 17 de Abril de 1973.
- RODRIGUES, Jorge Martins. "A abolição e a Lavoura de Café". **Revista do Instituto do Café**, vol 19, fasc. 102, 1947.
- RODRIGUES, Jorge Martins. "Um Capítulo da História do Café". **Revista do Instituto do Café**, vol 22, fasc 119, 1937.
- RODRIGUES, João Lourenço. "Subsídios Para a História do Ensino em Campinas" **Campinas: Monografia Histórica do Município de Campinas.** Op. cit., p.389/535.
- SALLES, Renato de A. "Nosso Café e a Preocupação da Qualidade no Passado (1808-1880). **Revista Brasileira do Café.** São Paulo, vol 19, fasc 98, 1935.
- SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Instituto Agrônômico do Estado de São Paulo (Brazil) em Campinas.** Coleção dos trabalhos agrícolas extrahidos dos relatórios annuaes de 1888-1893 e publicados em nova edição pelo director DrPhil F.W.Dafert. M.A., por ordem do cidadão Dr. Jorge Tibiriçá, digno Secretario dos Negocios da Agricultura do Estado de S. Paulo.
- SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Instituto Agrônômico do Estado de São Paulo (Campinas).** Histórico, organização, finalidades. São Paulo: Secretaria de Agricultura, 1951.
- SEMEGHINI, Ulysses Cidade. **Campinas (1860 a 1980): Agricultura, Industrialização e Urbanização.** Campinas, 1988, Tese (mestrado) Fac. Economia - Unicamp.
- SILVA, José Graziano de. **Progresso Técnico e relações de trabalho na agricultura paulista.** Campinas, 1980. Tese (doutorado) IFCH - Unicamp.

- SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**, 6. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1985.
- SIMONSES, Roberto C. "Aspectos da História Económica do Café". São Paulo: **Revista do Instituto do Café**, vol 26, fasc 155.
- STOLKE Verena. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital, 1850-1980**; trad. Denise Bottman e João Roberto Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TAUNAY, Affonso E. **História do Café no Brasil**. Rio de Janeiro, 1939, vols 6, 7, 8, 9.
- TAUNAY, Affonso de E. "O Café e o Progresso da província de São Paulo 1868-1870". **Revista do Instituto do Café**. vol 22, fasc 122, 1937.
- TAUNAY, Affonso de E. "Depoimento sobre lavouras cafeeiras (1883). São Paulo: **Revista do Instituto do Café**, vol 25, fasc 145, 1939.
- TAUNAY, Affonso de E. "Colonização dos cafezais". São Paulo: **Revista do Instituto do Café**, vol 25, fasc 151, 1939.
- TAUNAY, Affonso de E. "Depoimentos sobre lavouras de Café". São Paulo: **Revista do Instituto do Café**, vol 25, fasc 145, 1939.
- TAUNAY, Affonso de E. "Idéias de Velhos Agrônomos". São Paulo: **Revista do Instituto do Café**, vol 25, fasc 148, 1939.
- TAUNAY, Affonso de E. "Informes sobre a Lavoura Cafeeira em São Paulo em meados do século XIX". São Paulo: **Revista do Instituto do Café**, vol 21, fasc 116, 1939.
- TAUNAY, Affonso de E. "Progresso Cafeeiro Paulista (1825-1888). São Paulo: **Revista do Instituto do Café**, vol 24, fasc 134, 1938.
- TAUNAY, Affonso de E. "São Paulo e o café em 1888". São Paulo: **Revista do Instituto do Café**, vol 24, fasc 133, 1938.
- TAUNAY, Affonso de E. "Solos cafeeiros e Velhos Agrônomos". São Paulo: **Revista do Instituto do Café**, vol 25, fasc 1174, 1940.
- TAUNAY, Affonso de E. "Os Primeiros cafesaes do Oeste de São Paulo". São Paulo: **Revista do Instituto do Café**, vol 19, fasc 98, 1935.

- TAUNAY, Affonso de E. "Primórdios da lavoura cafeeira em São Paulo". São Paulo: **Revista do Instituto do Café**, vol 19, fasc 96, 1935.
- TAUNAY, Affonso de E. "Notas sobre os Primórdios da Lavoura Cafeeira em São Paulo". São Paulo: **Revista do Instituto do Café**, vol 19, fasc 96, 1935.
- TAUNAY, Affonso de E. "Dados sobre a cultura cafeeira em 1884". São Paulo: **Revista do Instituto do Café**, vol 25, fasc 143, 1939.
- TAUNAY, Affonso E. História do Café no Brasil In: **Revista do Instituto do Café**, Rio de Janeiro, V. 1 a 10, 1935/1947.
- TIRICO, José Domingos. "Aspectos Geográficos da Indústria em Campinas" IN **Revista da UCC** V:18(IV): 109, junho 1960.
- TRUZZI, Osvaldo. **Café e Indústria: São Carlos (1850-1950)**. 1. ed. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea/UFSCar, 1986.
- VOLKART, Christiano. **Monographia de Campinas: para uso dos alunos da instrução preliminar**. 2 ed. Campinas: Typ. a vapor Livro Azul, 1903, 48p.

NOTAS

- (1) Barcelos, Henrique de. Crônica escrita em 1897 com relato sobre a cidade de Campinas em 1869. Citado por Campinas - História. Relatório do CONDEPACC, pp 21/22.
- (2) Salles, João Alberto. Almanaque Campinas 1901. Campinas.
- (3) Idem. Ibidem.
- (4) F. Rangel Pestana. Almanak para 1872, p95.
- (5) Barcelos, Henrique de. Crônica escrita em 1897 com relato sobre a cidade de Campinas em 1869. Citado por Campinas - História. Relatório do CONDEPACC, pp 21/22.
- (6) Salles, João Alberto. "O Grupo dos Cinco". Campinas em 1901, p. 46.
- (7) Para obtenção de dados bibliográficos da expansão e estruturação da economia cafeeira, ver: Pellicciotta, Mirza. "Subsídios para o estudo da evolução urbana de Campinas". Humanitas, Revista do ICH. Campinas:PUCCAMP, vol 1 nº 1, agosto de 1997, pp 96/124.

- (8) “Introdução do Trabalho Livre em Campinas (memorando - sôbre o iniciode colonização da Fazenda ‘Sete Quedas’, no Município de Campinas, em 1852, pelo Visconde de Indaiatuba) In: Monografia Histórica do Município de Campinas, Op. cit., p.243/254. Ver também os estudos realizados por Affonso de Tunay sobre a introdução de colonos e as experiências do Visconde de Indaiatuba em **História do Café no Brasil**, vol 8, caps 3, 9, 11, 13 e 16.
- (10) Semeghini, Ulysses Cidade. **Campinas (1860 a 1980): Agricultura, Industrialização e Urbanização**. Campinas, 1988, Tese (mestrado) Fac. Economia - Unicamp, caps 1 e 2.
- (11) Simonsen, Roberto C. “Aspectos da história economica do café” São Paulo: Revista do Instituto do Café, vol 26, fasc 155., pp30/40.
- (12) Henrique de Barcelos, crônica escrita em 1897 com relato sobre a cidade de Campinas em 1869. Citado por Campinas - História. Relatório do CONDEPACC, pp 21/22.
- (13) Bergó, Maria Estela de Abreu. “Estudo geográfico da cidade de Campinas” In: Congresso Brasileiro de Geografia, anais do X Congresso, São Paulo, 1952, vol3, p 641/694.
- (14) F. Rangel Pestana, Almanak para 1872, p.95.
- (15) Manuscritos de José Pompeu de Camargo sob guarda de Maria Luiza Pinto de Moura Ribeiro - estudiosa da história da cidade além de Bibliotecária do Centro de Ciências, Letras e Artes que nos ofereceu inestimável apoio.
- (16) Pupo, Celso Maria de Mello. Campinas, seu Berço e Juventude. 1. ed. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969, p142.
- (17) São vários os textos publicados em revistas especializadas de café do século passado que se somam à relatos de fazendeiros em uma troca permanente de resultados experimentais. Podemos destacar o texto “memorandum” do Visconde de Indaiatuba (José Bonifácio do Amaral) e os debates e depoimentos encontrados no Jornal Gazeta de Campinas entre 1869 e 1889 (entre eles, o debate do próprio José Bonifácio do Amaral com Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, de Ibicaba/ Limeira. Sobre os textos especializados, ver bibliografia retirada da Revista do Instituto do Café e do estudo História do Café, de Afonso E. Taunay.
- (18) Pupo, Celso Maria de Mello. **Campinas, um município no Império: fundação e constituição, usos familiares, a morada, sesmarias, engenhos e fazendas**. São Paulo: Imp.Oficial do Estado, 1983.
- (19) O Jornal Gazeta de Campinas dá notícias da utilização dos equipamentos públicos de telefonia, os demais dados foram fornecidos por José Pompeu de Camargo.